

Notas sobre o caráter não ontológico da crítica de T. Lawson à metodologia dominante em economia¹

Álvaro Martins Siqueira²

Resumo: A ciência econômica contemporânea preserva uma concepção de ciência que conhecidamente ainda se apoia na filosofia da ciência positivista. Isto se deve, em maior parte, ao caráter pragmático e instrumental da principal corrente em circulação na economia, a neoclássica. Neste sentido, é esperado e pertinente que se revelem críticas metodológicas como as de Tony Lawson, que inspirado na filosofia crítico-realista advoga a favor de uma ciência econômica realista, não-dedutivista e familiarizada com o conceito de ontologia para resolver problemas da teoria econômica. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar elementos que sustentem a hipótese de que, apesar de correta na lógica do argumento, a crítica de Lawson ao *mainstream* não é capaz de explicar a razão social de ser da metodologia ortodoxa. E se assim for, a crítica de Lawson não possui caráter ontológico. O autor, apesar de demonstrar que as práticas metodológicas que critica decorrem de uma concepção equivocada da realidade social, não é capaz de explicar o porquê da reprodução dessa concepção. Se esta crítica é correta, pode-se afirmar que o projeto de Lawson de reorientação metodológica geral da economia, mantida a razão de ser da ortodoxia, é impossível. Este tipo de explicação da realidade social pode, no entanto, ser encontrada em críticas ontológicas do capitalismo, como a de Marx, que servirá de referência para este trabalho.

Palavras-chave: Realismo-crítico; crítica ontológica, metodologia econômica

Notes on the non-ontological nature of Lawson's critique of mainstream methodology

Abstract: Contemporary economics preserves a conception of science that still is well known to rely in the positivist philosophy of science. This is due, mostly, to the pragmatic and instrumental nature of the mainstream in economics, the neoclassical school. In this sense, it is expected and pertinent that methodological criticisms such as those of Tony Lawson that, inspired in the Critical Realism philosophy, advocates in favor of a realistic, non-deductive and ontology-aware economics to solve problems of the economics theory. Thus, the objective of this paper is to present elements that support the hypothesis that, although correct in the logic of its argument, Lawson's critique of the mainstream is not able to explain the social reasons of the orthodox methodology existence. And if so, Lawson's critic is not ontological. The author, while able to demonstrate that the methodological practices he criticizes derive from a mistaken conception of social reality, cannot explain the reason for this conception's reproduction. If our hypothesis is correct, it can be affirmed that Lawson's project of generally reorienting economics methodology, maintained orthodoxy existence reason, is impossible. This kind of explanation of social reality can be found in ontological critiques of capitalism, such as Marx's, which will serve as a reference for this work.

Keywords: Critical Realism; Ontological Critique; Economics Methodology

¹ Gostaria de agradecer às sugestões de Rodrigo Delpupo, que muito ajudaram a desenvolver a hipótese aqui apresentada. Quaisquer erros ou omissões, como não poderia ser diferente, são de total responsabilidade do autor.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNESP.

1- Introdução

Existem poucos consensos na ciência econômica e o fracasso social da teoria nas últimas décadas certamente não é um deles. Mesmo assim, tornou-se crescente o número de posições que reconhecem as frustradas teorias econômicas modernas e a necessidade de, no mínimo, uma reorientação do programa de pesquisa econômica. Tony Lawson (1997) evidencia esse fracasso da disciplina ao apresentar um conjunto de inconsistências prático-teóricas. Ele argumenta que identificar, admitir e reproduzir práticas que não condizem ao menos com a teoria defendida em questão se tornou um procedimento naturalizado na ciência econômica, que a teoria não é capaz de lançar luz em eventos do mundo real.

São citados os casos de contrariar a teoria clássica da inferência ‘rodando’ incontáveis regressões até que as estimativas sejam aceitáveis na econometria, estipular revisões *ad hoc* de coeficientes para previsões mal sucedidas, pretender explicar ou incorporar categorias que são fundamentalmente inconciliáveis com a teoria do *mainstream* (como escolha, relações sociais, incerteza, mudança, entre outras) e, por último, a paradoxal³ acusação de inutilidade, ineficiência do debate metodológico – a despeito de fazê-lo (Lawson, 1997, pp. 5-13).

A naturalização destas persistentes e reconhecíveis inconsistências nos últimos cinquenta anos ou mais ou mais lança, nas palavras de Lawson, “*considerável dúvida sobre a capacidade de muitas de suas vertentes de explicar, ou até mesmo identificar, eventos do mundo real ou facilitar a avaliação de políticas*” (LAWSON, 1997, p. 3). Somam-se a ele posições que, com maior ou menor grau de criticidade, partem do próprio *mainstream*. Colander et al. (2009), por exemplo, também indica que a economia moderna falha nos seus próprios objetivos de previsão e explanação eficaz dos fatos econômicos. Além disso, e de particular interesse para nosso argumento, Colander et al (2009) também defendem uma ‘grande’ reorientação dentro da Economia:

“O fracasso em ao menos *prever os atuais problemas* do sistema financeiro internacional e a incapacidade de modelos financeiros e macroeconômicos de

³ Um exemplo emblemático deste caso pode ser posto pelo debate entre Backhouse (*Should we Ignore Methodology?*, 1992) e Hahn (*Answer to Backhouse: Yes*, 1992), onde a postura do segundo de negação do estudo de tal matéria é enfática e de longa data, apesar dele próprio assumir que tenha discutido e publicado de maneira considerável sobre problemas metodológicos.

lançar luz nos presentes eventos reforçam a necessidade de uma grande reorientação nessas áreas e *a reorientação de suas premissas básicas*” (COLANDER et al, 2009, p. 16, itálicos adicionados).

Apesar de partir de uma avaliação muito semelhante da (in)capacidade epistemológica dos instrumentos cognitivos do *mainstream*, os argumentos e alternativas abertas pela posição defendida por Lawson são, à primeira vista, muito mais amplos. Enquanto Colander et al. (2009) faz um crítica lógica à disciplina, com o objetivo de retificar os fundamentos microeconômicos dos modelos macroeconômicos de finanças (i.é. aprimorar concepção sobre a racionalidade do agente representativo com elementos que permitam aos modelos macro atingir o equilíbrio ótimo entre pesquisa e resultados empíricos, leia-se previsões), Lawson procura sustentar uma crítica em termos ontológicos⁴ que é, grosso modo, habilitar o debate explícito sobre a concepção geral de método e os pressupostos ontológicos que implicam no fracasso das teorias do *mainstream*, com o intuito de seduzir a comunidade científica na economia à uma reorientação realista, adepta da discussão ontológica e adequada ao material (social) que investiga. Com este trabalho, esperamos poder discutir, então, o caráter ontológico da crítica de Lawson (1997).

É importante fazer um comentário sobre os limites desta análise, que decorrem do caráter preliminar do trabalho. Como explicitado, nosso objetivo é *sustentar uma hipótese* sobre o caráter não ontológico da Lawson. Como o objeto principal deste trabalho é o *Economics and Reality* (1997), ainda há uma vasta produção do autor por investigar como, especialmente, o livro *Reorienting Economics* (2003). Apesar disso, o primeiro livro do autor já constitui uma obra acabada e o objetivo proposto pôde ser cumprido. Em segundo lugar, é bom deixar claro que não se defende, de forma alguma, a trivialidade da obra de Lawson. Com a defesa de nosso argumento, espera-se mostrar que o movimento de crítica feito pelo autor é fecundo, e por isso mesmo tentaremos indicar em que sentido o argumento pode avançar.

Para cumprir o objetivo do trabalho, a segunda seção apresenta uma exposição dos pontos centrais do argumento de Lawson contra o dedutivismo do *mainstream*. Na terceira seção, são indicadas as limitações da crítica e em que aspecto o autor não consegue atingir uma explicação da razão real de ser da ortodoxia. Na quarta seção, expande-se o argumento sobre a necessidade e definição da crítica ontológica. A partir

⁴ Na quarta seção procuramos definir com mais rigor o que se compreende como crítica ontológica.

desta seção, será possível argumentar explicitamente que o autor não realizou uma crítica ontológica completa dos métodos equivocados em economia. Por fim, apresentaremos considerações finais sobre os resultados obtidos pelo trabalho.

2 - A crítica de Tony Lawson: sobre a possibilidade de superação do realismo empírico

Procuraremos, a partir de agora, seguir o raciocínio da crítica de Lawson, destacando alguns de seus elementos centrais com intuito de investigar a natureza dessa crítica ao final. A estrutura do argumento, anunciada por Lawson, pode ser transcrita da seguinte forma: i) os problemas e falhas da ciência econômica moderna resultam da difundida e acrítica aceitação de uma concepção equivocada de ciência e ii) os problemas e falhas podem ser resolvidos pela substituição dessa concepção por outra mais adequada, uma orientação explicitamente realista (Lawson, 1997, p. 15).

Lawson atribui as inconsistências prático-teóricas da economia, portanto, a um conjunto de métodos ou maneiras de proceder chamado de dedutivista, que é simultaneamente “fundamental para o *mainstream*” e “irrelevante para a análise dos fenômenos sociais” (Lawson, 1997, p. 16). O modo de explanação dedutivista pode ser designado a qualquer teoria ou corrente teórica que seja sustentada pela concepção de leis enquanto regularidades de eventos. Este método teve sua formulação clássica nos modelos de “covering-laws”, e expressa relações do tipo “sempre que acontece o evento x, então decorre o evento y”.

As regularidades supostas por este tipo concepção não costumam acontecer, no entanto, espontaneamente. Excluída a astronomia, que estuda eventos num ambiente naturalmente afetado por um número reduzido de legalidades, as ciências precisam produzir condições nas quais acontecem estas regularidades, ou seja, precisam pressupor que a realidade é tal que pode ser caracterizada “por uma ubiquidade de sistemas fechados” (Lawson, 1997, p. 19). A imagem que se pode ter da realidade, neste caso, é a do *realismo empírico*, a partir do qual o mundo (ou pelo menos o que é relevante dele) se esgota nas impressões dos eventos empíricos e suas correlações.

A atividade experimental requerida para apreender as regularidades do tipo ‘sempre que x, então y’, é a de fechamento do sistema em análise, que requer, por sua vez, condições extrínsecas de fechamento e condições intrínsecas de fechamento. A condição extrínseca de fechamento é satisfeita pela ausência ou isolamento (por

suposição) das influências externas ao modelo, ou seja, para que uma regularidade desse tipo possa ser apreendida, é preciso neutralizar o efeito de outras condições externas sobre y . Isto esclarece, diz Lawson (1997, p. 78), a obstinação ortodoxa com hipóteses de economias ‘fechadas’ e indivíduos isolados.

Mesmo a condição extrínseca de fechamento não é suficiente, por si só, para garantir que ‘sempre que x , então y ’ pois cada indivíduo em análise pode se comportar de maneira distinta dentro das mesmas condições extrínsecas (Lawson, 1997, pp. 78-9). A condição intrínseca de fechamento prevê a ausência ou constância das estruturas internas ao modelo, o que garante uma resposta estável e previsível a partir das condições iniciais dadas – um *output* normalizado decorrente dos fatores relevantes. A hipótese de racionalidade dos agentes, por exemplo, garante que a resposta dos indivíduos aos estímulos seja passiva e modelável.

Como estas constituem as condições para que a ciência, em específico a econômica, possa obter resultados significativos em termos de conjunções constantes de eventos, segue-se que esses resultados não podem ser legitimamente universais. Ao contrário, não podem abandonar, ao risco de deturpar a regularidade obtida, as condições de fechamento do sistema. Por esta razão muitos dos resultados mais significativos da ciência econômica não são expressos na forma ‘sempre que evento x , então evento y ’, mas na forma ‘sempre que evento x , então segue-se o evento y , desde que as condições e sejam mantidas’ (Lawson, 1997, pp. 27-8).

Além disso, mesmo para pesquisas voltadas para encontrar leis do mundo natural, a inteligibilidade dessas regularidades depende da intervenção humana de pesquisadores através da instrumentalização, construção e organização dos aparatos necessários para o experimento em sistema fechado (Lawson, 1997, p. 28). Na ausência da interferência humana, não há razão para crer que tais relações possam ocorrer. A transposição ou aplicação bem-sucedida do produto de uma atividade experimental artificialmente controlada por sistemas fechados em sistemas abertos só pode, tanto nas ciências naturais quanto sociais, ter o caráter de contingência. E mesmo que as eventuais aplicações sejam feitas, a busca por regularidades empíricas não responde e nem abrange a questão sobre o que determina a ocorrência desses eventos fora da atividade experimental.

Por fim, destacamos o argumento de Lawson sobre a incapacidade da concepção

dedutivista em explicar as escolhas reais dos indivíduos, pois esta só faz sentido se de alguma forma o indivíduo possa ter agido de outra forma (Lawson, 1997, p. 9). Até então expusemos alguns elementos apresentados por Lawson que permitem uma crítica lógica do realismo empírico, no qual eventos se esgotam no material empírico sensível, e a ciência busca apreender regularidades empíricas.

A seguir será apresentada brevemente a formulação de Lawson para o realismo crítico, procurando expor seus argumentos sobre as vantagens deste último contra o realismo empírico. Uma vez apresentada a defesa feita por Lawson do Realismo Crítico, pretendemos retomar parte do argumento em i), o de que os problemas e falhas podem ser creditados a uma aceitação acrítica da concepção dedutivista.

Lawson (1997, pp. 20-3) destaca duas formas pelas quais o realismo transcendental difere ontologicamente do realismo empírico. Em primeiro lugar, o mundo não se esgota nos eventos e estados de coisas ao alcance de nossas experiências empíricas, mas também é composto por estruturas subjacentes, poderes, mecanismos e tendências que facilitam ou governam o curso de eventos e cuja objetividade implica que sua existência independente da apreensão. Em segundo, os diferentes níveis de realidade estão fora de fase uns com os outros.

Nesta concepção, o mundo é composto por objetos que possuem uma estrutura tal que lhes confere potência causal. Neste sentido, os objetos, em virtude de sua estrutura, têm propriedades que facilitam ou mesmo viabilizam determinadas práticas, seja essa propriedade reconhecida ou não. Poderes ou forças de objetos estruturados geralmente funcionam mediante ativação, e passam a funcionar como mecanismos generativos dos efetivos fenômenos sociais ou naturais. Conforme exemplifica Lawson,

"Tais poderes existem, sejam exercidos ou não. A bicicleta pode facilitar um passeio embora permaneça guardada no fundo do galpão; a pólvora tem o poder de causar dano mesmo que nunca seja detonada; o sistema de linguagem torna uma conversa possível mesmo quando as pessoas escolhem não conversar. Em muitos casos nós podemos inferir algo sobre o potencial de um objeto pelo conhecimento de sua estrutura." (LAWSON, 1997, p. 21)

Em virtude da natureza estruturada de tais objetos, tanto no mundo natural quanto no social, a realidade pode, então, ser distinguida em três diferentes domínios: o empírico, o efetivo e o real. O domínio do empírico é, por assim dizer, o mais superficial, pois corresponde ao âmbito onde se verificam nossas experiências e impressões, que faculta a forma mais imediata de apreensão do mundo. O domínio do

efetivo corresponde aos eventos e estados de coisas em adição ao empírico que de fato ocorrem, podendo (ou não) ser empiricamente conhecidos. E o domínio do real, por sua vez, diz respeito às estruturas, poderes causais, mecanismos e tendências em adição ao efetivo e ao empírico, que podem, como já foi dito, facilitar, provocar a ocorrência de fenômenos na "superfície" da realidade (Lawson, 1997, pp. 21-2).

A primeira diferença ontológica é, portanto, que enquanto a primeira forma de realismo encerra a possibilidade de conhecimento nas experiências e impressões, o realismo crítico ou transcendental identifica os domínios empírico, efetivo e real. A segunda diferença refere-se ao caráter "dessincronizado ou fora de fase" desses domínios, o que quer dizer que eles não podem ser reduzidos uns nos outros (embora o efetivo englobe o empírico e o real englobe o efetivo), como faz o realismo empírico ao plasmar na experiência os dois outros domínios.

Sendo o domínio efetivo dessincronizado com o empírico, é possível contrastar diferentes experiências ou apreensões de um mesmo evento. Além disso, sendo o real e o efetivo dessincronizados, se torna inteligível a natureza multi determinada de quase toda sorte de evento. Como uma tendência pode consistir (e geralmente consiste) no produto de diferentes mecanismos ativos, que em alguns casos podem até funcionar em sentidos opostos, fenômenos raramente podem ser diretamente derivados de mecanismos específicos. Uma proposição sobre uma tendência não é, neste sentido, sobre o longo prazo, média, ou expectativa acerca dos eventos. Em vez disso,

"é uma declaração transfactual sobre a atividade tipicamente não-empírica de um objeto estruturado ou um agente; aqui transfactuais não são contra-factuais, mas nos levam ao nível no qual as coisas ocorrem independente do resultado efetivo. Uma proposição a respeito de uma tendência, em outras palavras, não é uma afirmação condicional sobre algo empírico ou efetivo, mas um argumento incondicional sobre algo não-efetivo e não-empírico. Não é uma proposição com necessidade lógica sujeita a restrições *ceteris paribus*, mas uma proposição de necessidade natural sem qualificativos adicionados. Não é sobre eventos que ocorreriam se as coisas fossem diferentes, mas sobre *um poder que está sendo exercido quaisquer que sejam os eventos sucedidos.*" (LAWSON, 1997, p. 23, *itálicos originais*)

Compreender a estrutura causal da realidade em termos de tendências existentes e operantes, que podem ou não ser manifestas em fenômenos perceptíveis, permite a produção de conhecimento livre da necessidade de encontrar regularidades e de simular sistemas fechados. O tipo de causalidade em questão independe do exercício da prática laboratorial: como objetos, possuem propriedades e exercem causalidades específicas

tanto em condições de sistemas fechados ou em sistemas abertos, o que rende as hipóteses requeridas para satisfazer condições extrínsecas ou intrínsecas de fechamento inúteis. Além disso, deste ponto de vista, a análise científica deve endereçar as estruturas duradouras que provocam, facilitam, ou impedem determinados eventos. Para isso, a evidência empírica é importante, mas não é central ou definitiva como é para sustentar regularidades de eventos. Para situar com mais precisão o papel da evidência empírica na concepção defendida por Lawson, mostraremos brevemente seu argumento sobre algumas determinações das estruturas. Num primeiro momento, as conclusões são idênticas para estruturas naturais e sociais⁵.

Lawson (1997, pp. 30-2) introduz a lógica do argumento que queremos mostrar pela pergunta *"o que é implicado pelo fato real de que pessoas fazem escolhas?"* (LAWSON, 1997, p. 30). A escolha pressupõe que o comportamento humano não assume a forma de sempre que x, então y. Para que possa ser concebida, ela requer uma forma alternativa de agir, que não necessariamente leve à ocorrência do evento descrito y. Ela pressupõe, em primeiro lugar, um mundo aberto e no qual os eventos efetivos não precisam de fato acontecer.

Além disso, a escolha (e, num nível mais abstrato, a prática humana) pressupõe que os indivíduos tenham alguma concepção do que fazem e o que querem alcançar com determinada atividade. A ação humana é assim intencional, e como seres humanos precisam ter ao menos algum conhecimento sobre as condições que tornam suas intenções facultáveis, a intencionalidade depende das impressões, do conhecimento que se tem do mundo. Nesse sentido, o conhecimento das estruturas que facilitam ou não eventos pressupõe que elas sejam duráveis, pelo menos o suficiente para serem apreendidas. Mas estruturas não são (comumente) diretamente observáveis no nível empírico. Veja-se, por exemplo, a causalidade provocada por um campo magnético: o campo magnético não pode, por assim dizer, ser "apanhado no ar", embora através de movimento que provoca em corpos metálicos (e da inutilidade para mover outros tipos de corpos) seja possível conhecer a legalidade o campo magnético pode exercer.

As estruturas então, não costumam ser diretamente observadas na experiência empírica, mas podem ser conhecidas através dela, analisando as suas consequências no

⁵ Na quarta seção, e como a Economia lida com relações sociais – e o argumento contrário parece não ter a mesma força que já teve – será feita uma defesa das propriedades ontológicas particulares das estruturas sociais, que são a de depender da atividade humana intencional para existir e a de ser relativamente duradouras.

nível efetivo dos eventos e impressões (Lawson, 1997, p. 31). O tipo de produção de conhecimento que faz sentido para uma ciência realista no sentido aqui defendido é, portanto, aquele que é capaz de partir de apreender as estruturas (que se manifestam transfactualmente) a partir de observações fenomênicas, empíricas.

Se a ciência tem por objetivo desvendar os mecanismos por trás dos eventos que ocorrem na superfície da realidade, e para isso tem que investigar camadas "mais profundas" do conhecimento, que é estratificado, pode-se argumentar que estruturas de explanação dedutivas ou indutivas não são adequadas para métodos de revelar tais estruturas. Embora não se prove este argumento aqui, há motivos para sugerir que modelos matemáticos associados a 'covering-laws' seriam excelentes para um procedimento dedutivo - como partir de um grande número de corvos pretos e deduzir que o próximo corvo será preto; seriam também excelentes para induzir que, se corvos são pretos e 'X' é um corvo, então ele será preto; mas nem a combinação de matemática e indução ou dedução revela, ao menos por si só, quais as propriedades que fazem do corvo um pássaro preto (Lawson, 1997, p. 24).

O modo de inferência sustentado pelo realismo crítico é o de partir de fenômenos 'da superfície' para os objetos causais 'mais profundos' que os influenciam. Esse processo, chamado de retrodução ou abdução, consiste no movimento "*da concepção de algum fenômeno de interesse para uma concepção de um tipo de coisa totalmente diferente, um mecanismo, estrutura ou condição que, ao menos em parte, é responsável pelo dado fenômeno*" (LAWSON, 1997, p. 24). Esse tipo de raciocínio permite conhecer não só as estruturas naturais, mas também as sociais, que se diferenciam das primeiras por serem dependentes da atividade humana e, por essa razão, relativamente duradouras. O Estado, por exemplo, constitui uma estrutura social relativamente duradoura (o Estado nem sempre existiu e não há motivo lógico para supor que existirá para toda a eternidade) que também não pode ser empiricamente observável, mas opera na realidade social de forma a gerar eventos, esses sim empiricamente perceptíveis, e que permitem conhecer os aspectos da estrutura em questão. É segundo este aspecto que a evidência empírica é relevante para o realismo crítico, como anunciamos anteriormente.

A partir dos elementos apresentados é possível inferir que a capacidade das pessoas de agir por meio de escolhas ou alternativas, implica na necessidade de uma concepção estruturada da realidade, e que, para poder conhecer as estruturas subjacentes

aos fenômenos, a ciência emprega um modo de raciocínio que não pode ser dedutivo. Podemos concluir, junto com Lawson, que o projeto empírico-realista, "*em seu disfarce econômico é, como aproximação geral, visivelmente equivocado*" (1997, p. 32).

A validade dessa afirmação não permite, no entanto, supor que uma aceitação acrítica do método subsidiado pelo mainstream da economia explique totalmente a difusão dessa perspectiva. Em outras palavras, concordamos que os problemas e falhas lógicas derivados de uma concepção equivocada de ciência podem ser resolvidos pela adoção de uma perspectiva explicitamente crítico realista, mas não parece possível afirmar que

todos os problemas vistos no Capítulo 1 [as inconsistências prático-teóricas] se sustentam numa aceitação acrítica de certos resultados do positivismo, e em particular a concepção de leis científicas como conjunções constantes de eventos sobre as quais a repousa a versão de explanação do dedutivismo (LAWSON, 1997, p. 36).

A nosso ver, essa proposição ocupa um lugar importante no argumento feito por Lawson contra o mainstream e acreditamos que compromete, inclusive, o estatuto ontológico da sua crítica. Em poucas palavras, a crítica ontológica pretendida por Lawson requer, como será visto mais adiante, na próxima seção, uma explicação da validade social da teoria que ele critica, de forma que é a presença deste momento em sua defesa do realismo crítico que pretendemos verificar.

3 – Problemas da crítica de Lawson ou a crítica ontológica incompleta.

Tentaremos ilustrar, agora, como Lawson estabelece de forma imprecisa a fonte da hegemonia dos métodos dedutivistas. Na quarta seção, recorreremos à definição e defesa da crítica ontológica, principalmente nos termos de Roy Bhaskar, para indicar explicitamente o caráter incompleto da crítica de Lawson à metodologia dominante. Este tipo de procedimento, como será visto, requer (é ao mesmo tempo) uma crítica das bases reais ou estruturas que sustentam tal teoria equivocada, algo que não pode ser constatado explicitamente na crítica feita por Lawson (1997).

Para esta seção começaremos por lembrar que as desejadas constâncias de eventos raramente ocorrem no mundo social, de forma que para obtê-las os economistas, teóricos ou práticos, precisam adotar procedimentos de pesquisa e análise que não ampliam em nenhum grau o conhecimento sobre o ser das relações econômicas. Nessas condições, a explanação social como Lawson defende é impossível. O que não quer imediatamente dizer que a própria explanação seja em si impossível. Ao invés

disso, a importância das constatações sobre os limites da ortodoxia é que uma concepção de explanação, para ser adequada, deve ser essencialmente distinta do modelo covering-law dedutivista (Lawson, 1997, p. 36).

Vale lembrar também que uma prática rigorosamente coerente com o discurso oficial e ao mesmo tempo relevante para revelar o que há de significativo nas relações econômicas (que não é a simples constância, mas os mecanismos e estruturas que os provocam), esbarra na dependência ortodoxa de condições *ceteris paribus* para fechamento de sistemas. Esses procedimentos oficiais exigidos pelo método da ortodoxia, como não são realmente reveladores, deixam os pesquisadores a tatear pela intuição das práticas extra-oficiais caso desejem efetivamente explicar algo do mundo social. Nas palavras de Lawson, "*eles são mais ou menos obrigados a fazê-lo, caso tenham qualquer esperança de iluminar os fenômenos sociais, de produzir pesquisas econômicas relevantes*" (LAWSON, 1997, p. 37).

Mas, uma vez que não há garantias de se poder entender substancialmente o mundo pela postura oficial (e nem pela "extra-oficial" ou intuitiva, cujo limite é o sucesso eventual, fortuito, imprevisto, injustificado), o que pode explicar o comprometimento com este tipo de conduta? A que se deve a reprodução desse tipo de relação? Aqui é de se esperar um argumento dedicado a examinar, ou ao menos indicar, as bases reais que sustentam as concepções equivocadas do *mainstream*. Lawson, porém, responde que existem numerosas razões para explicar a persistência da postura oficial:

"Mas o que explica a persistência da postura oficial? [...] Em alguns casos será *puro oportunismo*. Dada a significativa pressão dentro da academia para se conformar, seguir com o *mainstream*, alguns economistas podem bem se sentir obrigados a se render a retórica, se não as próprias técnicas e práticas, enraizadas no dominante *paradigma* pós-Humanano. Algo disso será simplesmente *má-interpretação*" (LAWSON, 1997, p. 37, itálicos adicionados)

Além de delegar um aspecto crucial da análise à falta de caráter e deficiência de raciocínio dos economistas, aspectos em última instância individuais, neste capítulo o seu argumento perpassa constatações pouco elucidativas até encontrar a melhor formulação do problema. Veja-se, por exemplo, o que ele afirma sobre o caráter intocável dos métodos oficiais equivocados que, sob a luz das tendências e contra-tendências em jogo no mundo social, dificilmente poderiam figurar as bases para formulação de práticas adequadas a esse mundo:

Mais do que tudo, *a explicação é simplesmente uma indisposição* para sequer questionar certos métodos tidos como próprios, uma orientação voltada para a negação contínua da investigação ontológica. Tamanho é o prestígio dos métodos dedutivistas para alguns, um prestígio fundado numa errônea percepção da generalidade de seu sucesso na esfera natural, que o registro de falhas até o presente na esfera social mal afetam o esforço em perseverar com eles, ou em aparentar fazê-lo, ou ao menos a reconhecer a retidão de fazê-lo. É precisamente esta atitude dominante da disciplina que eu estou tentando desafiar com este livro (LAWSON, 1997, p. 37, itálicos adicionados).

Não tencionamos dizer que os motivos salientados por Lawson, como oportunismo, má-interpretação, ou um sincero mal-estar diante de algo como auto-crítica metodológica, sejam necessariamente falsos. O ponto é que, numa perspectiva crítico-realista, estes aspectos não são suficientes ou adequados para explicar uma postura que se revela como tendência dentro da disciplina. De fato, através desta retórica Lawson cede espaço para outros tipos de concepções de ciência, como a de Kuhn (1970 [1962]), por exemplo. Como se sabe, na concepção deste último a comunidade científica não pode ter ferramentas de análise racionais para comparar paradigmas, pois cada paradigma se funda em sua própria concepção de mundo.

E como um novo paradigma normalmente emerge com poucos resultados científicos, não sendo possível analisar outros com base em suas concepções, apenas retrospectivamente. Assim, a decisão da comunidade de cientistas kuhniana entre um novo e um velho paradigma não pode se dar por critérios racionais. Resulta que paradigmas são incomensuráveis e não há como testar satisfatoriamente os novos candidatos a paradigma em relação a sua capacidade de resolução de problemas, restaria para a comunidade científica, o critério da fé. Sobre isto, Kuhn afirma que:

O homem que adere a um novo paradigma num estágio inicial, frequentemente o faz desafiando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Ele precisa, isto é, *ter fé* que o novo paradigma terá sucesso com os muitos grandes problemas que o confrontam, sabendo apenas que o antigo paradigma falhou com poucos. *Uma decisão desta natureza só pode ser baseada em fé* (KUHN, 1970 [1962], p. 158, itálicos adicionados).

Deixar sem explicação as razões que fundamentam as perspectivas criticadas pode abrir espaço para interpretações relativistas dessas posições, o que não é de forma alguma compatível com a concepção de ciência defendida por Lawson (1997). Portanto, para fugir das justificativas de ‘prestígio’, ‘pressão dentro da academia’, ou ‘oportunismo’ assim como o diabo foge da cruz, apresentaremos na próxima seção um argumento sobre as práticas possíveis a partir do tipo de objeto que as ciências sociais

estudam. A mudança consciente de práticas (rompimento com ‘paradigmas’, inclusive) precisa ter como fundamento a discussão racional – que compreende porque as crenças são críveis – e não o critério da fé, que poderia facilmente passar despercebido como pressuposto do debate científico.

Neste momento, omitiremos outras afirmações de mesma natureza presentes em Lawson (1997) para apresentar a que constitui, a nosso ver, a resposta mais bem elaborada e explícita em Lawson (1997, cap 4) sobre a reprodução ou resistência do conjunto de métodos equivocados. Neste trecho, fica explícita a associação entre a concepção de mundo (implícita no positivismo, pois seu discurso era de expurgo de toda ontologia, sob nome de metafísica) e a forma como mundo pode ser conhecido – dada uma determinada ontologia. Isso permitirá explorar em mais detalhes o tipo de problema que procuramos evidenciar. Lawson defende que os pontos de tensão encontrados no interior da teoria social do *mainstream* são requeridos pela própria concepção de mundo na qual se sustenta o método positivista de inferência pois,

assim como qualquer teoria do conhecimento pressupõe uma ontologia (que, no caso do positivismo, consiste em eventos atomísticos dados na experiência), também pressupõe uma teoria social, i.e. alguma explicação sobre a agência humana e instituições. Especificamente, estes precisam ser de uma forma que permita o alcance de um tipo particular de conhecimento. O positivismo, então, sustenta uma concepção de agente como sensores passivos de eventos atomísticos e compiladores de suas conjunções constantes (LAWSON, 1997, pp. 38-9).

É por isso que, como já ilustrado, a tarefa de registrar eventos atomísticos e interpretar o comportamento humano em termos de respostas à estímulos via preços supõe a concepção do agente como "*autômato com conhecimento analisado de uma forma puramente individualista*" (LAWSON, 1997, p. 39). Lawson demonstra, então, o que hoje constitui um consenso nos debates sobre o positivismo: apesar de reivindicar a completa rejeição de concepções ontológicas (chamadas de metafísicas) sobre a realidade, o positivismo possuía, ele próprio, uma concepção de mundo vedada (Medeiros, 2013, p. 5).

Assim, apesar do forte argumento de Lawson sobre as falsas e implícitas concepções ontológicas que provocam problemas lógicos na teoria, ele parece não conseguir avançar na explanação da razão de ser dessas falsas ideias. Ao contrário, exagera na casualidade desse processo, como pode ser visto num trecho que aparece

logo em seguida:

E assim como a concepção positivista de ciência é acriticamente aceita em boa parte da ciência econômica contemporânea, também a associada especificação de agentes humanos como receptores passivos de eventos atomísticos passa relativamente incontestada (LAWSON, 1997, p. 39).

Essa concepção positivista, ao menos como projeto dominante dentro dos debates atuais de filosofia da ciência, já foi descartada. Em consequência da impossibilidade do expurgo da ontologia, a resposta dominante da filosofia da ciência tem sido a do relativismo ontológico, do antirrealismo, da crença de que as crenças são incomensuráveis⁶. Rebatendo esta postura, que também repercute na economia através do discurso instrumental, Duayer, Medeiros & Paineira (2001, p. 27), não só explicitam o mesmo consenso concluído por Lawson mas, diferente deste, derivam daí a inviabilidade de separar fatos de valores, e com isso já anunciam a chave de resposta para a pergunta que se segue. A crítica de Lawson, assim como a de Searl, apontada por pelos autores,

[...] serve ao menos para abalar a auto - suficiência das correntes antirrealistas contemporâneas e, em consequência, recoloca na agenda a questão da objetividade do conhecimento científico. Com isso, parece que qualquer continuidade do debate tem de partir deste consenso básico: não há como expurgar, seja como for, a ontologia. O reconhecimento do caráter objetivo do conhecimento científico, ao lado da admissão agora generalizada de que a ciência é sempre cultural, social, linguisticamente mediada, sugere que qualquer desenvolvimento na análise da natureza e do papel da ciência não poderá mais pretender separar fatos e valores. Em outras palavras, parece não haver mais retorno à ideia de ciência axiologicamente neutra. Como então explicar as posições que compreendem tudo isso e ainda assim defendem o anti-realismo? (Duayer, Medeiros & Paineira, 2001, p. 27)

O caminho do debate, se reconhecido que toda teoria do conhecimento pressupõe uma ontologia, necessariamente passa por, além de explicitar essa ontologia nos casos em que se encontre camuflada e demonstrar sua falsidade, indicar os motivos reais que tornam essa ontologia socialmente necessária. Para sustentar essa afirmação, procuramos defender a crítica ontológica a partir de argumentos de Roy Bhaskar, fundador da corrente filosófica do realismo crítico. Para isso, partimos tanto de formulações do próprio *Possibilities of Naturalism* (1979) quanto as que se encontram em Monfardini (2015) e Medeiros (2013).

⁶ Ideias difundidas pelos trabalhos de Thomas Kuhn (1962), Imre Lakatos (1978) e Paul Feyerabend (1975).

4 – Estruturas sociais e explanação das práticas: argumentos a favor da crítica ontológica.

Lawson (1997, p. 158), em outra fase do argumento, quando já discute aspectos mais avançados do tipo de teoria social que pode substituir a teoria do atomismo social, anuncia que naquele ponto seu julgamento difere do de Roy Bhaskar⁷. Naturalmente, não desejamos e duvidamos da utilidade de uma apuração da equivalência lógica entre os argumentos desses dois autores. Este não é, pelo menos, o objetivo do trabalho.

No entanto, como sua argumentação geral sobre a aplicabilidade do Realismo Crítico na economia repousa extensivamente sobre os escritos de Bhaskar, vemos pertinência em regressar a algumas formulações deste último. Alertamos, por isso, para a inevitável repetição de algum nível dos argumentos. Antes de explicitar que o procedimento crítico de Lawson não atende completamente ao que é defendido pela filosofia em que se baseia, precisaremos indicar o porquê da necessidade desse procedimento, sob pena de cometer uma crítica aparentemente arbitrária à Lawson (1997).

No livro *The Possibility of Naturalism* (1979), Bhaskar defende que o tipo de crítica pressuposta por um questionamento racional das teorias em circulação nas ciências sociais é a crítica explanatória ou ontológica⁸. Assim como Monfardini (2015, p. 8), que também defende este procedimento crítico-realista, tomaremos por ponto de partida lógico a concepção de Bhaskar sobre a conexão entre indivíduo e sociedade.

Para expor sua concepção *relacional* de objeto da ciência social, Bhaskar passa pelas possibilidades e limitações de outros modelos de explicação da sociedade. Não se pretende discutir detalhadamente os campos da teoria sociológica apontados por Bhaskar, mas sim estabelecer características das tendências dominantes no pensamento social. Dentre elas, nos deteremos brevemente no chamado ‘modelo durkheimiano’ e no ‘modelo weberiano’.

O modelo baseado em Weber combina “*uma metodologia neokantiana com uma concepção de sociologia ainda essencialmente individualista*” (BHASKAR, 1998, p. 221). Com esse modelo, Weber consegue estudar a sociedade a partir do empírico, que

⁷ Lawson defende o estudo de regularidades parciais (demi-regs), assunto controverso dentro dos debates mais atuais do próprio Realismo Crítico, como pode ser visto em Edwars, O’Mahoney & Vincent (2014).

⁸ Conforme assinala Medeiros (2013, p. 2; 35), os elementos imprescindíveis para os procedimentos defendidos por Bhaskar (crítica explanatória) e pelo filósofo marxista Gyorgy Lukács (crítica ontológica) são compatíveis. Como o nome ‘crítica ontológica’ se tornou mais difundido no Brasil, seguiremos, sem prejuízo para a análise, nos referindo à formulação de Bhaskar como crítica ontológica.

se limita às ações dos indivíduos, e a partir daí deriva as estruturas sociais, que são transempíricas. Assim, o comportamento humano significativo (orientado por seus valores) origina as estruturas sociais. No que diz respeito a prática científica, por não ser possível estudar toda a infinidade empírica da sociedade, é preciso que se faça o ‘recorte’ de seu objeto, que se dá pelos aspectos que o cientista considera culturalmente relevantes, estabelecendo as bases para a construção dos “tipos ideais”. Por isto incorre no erro do “voluntarismo”, que consiste em supor que a sociedade é o produto da atividade humana. A sociedade, no entanto, preexiste às pessoas e é uma condição necessária às atividades sociais, não podendo ser, enquanto tal, produto das mesmas.

O modelo baseado em Durkheim, por sua vez, combina “*uma concepção coletivista de sociologia com uma metodologia positivista*” (BHASKAR, 1998, p. 211). Na concepção coletivista, as estruturas (fatos) sociais preexistem aos indivíduos, de modo que sejam independentes deles e daí decorra o seu caráter coercitivo, pois os indivíduos devem se adequar aos fatos sociais. Estruturas tais como idiomas, ou qualquer sistema de linguagem, por exemplo, sempre já se apresentarão como acabados para um novo indivíduo do grupo. O novo indivíduo só poderá, diante de uma estrutura estranha, reificada, procurar adequar-se a ela. Não é possível sustentar, no entanto, que a sociedade existiria sem a atividade humana e por isto este modelo comete o erro da “reificação”, que consiste na crença da autonomia da sociedade com relação ao indivíduo.

Bhaskar, ao apontar os problemas emergentes de incorrer em um desses extremos, destaca um compromisso com o empirismo como fator limitante comum entre as abordagens:

[...] da mesma forma que o propósito contido no isolamento das propriedades emergentes do grupo, realizado por Durkheim, é posta em cheque por seu continuado compromisso com uma *epistemologia empirista*, as possibilidades abertas pelo isolamento do tipo ideal, por Weber, são limitadas por seu continuado compromisso com uma *ontologia empirista*. Em ambos os casos um empirismo residual restringe e, por fim, anula um avanço científico real (BHASKAR, 1998, p. 211, itálicos adicionados)

Estes modelos, como aponta Monfardini (2015, p. 15), apesar de possuírem capacidade explanatória para uma dimensão da sociedade, são insuficientes para outra dimensão. Enquanto o modelo weberiano consegue explicar a possibilidade de criação da sociedade a partir do agir humano, não pode explicar suficientemente de que forma a sociedade pode coagir a ação individual. A hipervalorização do modelo durkheimiano,

num sentido oposto, incorre numa limitação análoga.

É possível fazer uma ilustração das capacidades desses modelos partindo, por exemplo, do fato de que os sistemas de linguagem, monetário, religiosos, etc., existem e funcionam a despeito do uso individual que se possa fazer deles. Este aspecto da sociedade pode ser aferido pelo modelo baseado em Durkheim. Por outro, também é verdade que a sociedade não se sustenta sem o exercício da atividade humana, de forma que um idioma requer falantes, um sistema monetário requer a vendedores e compradores, etc., como entende o modelo baseado em Weber.

Mas, como já dito, esses modelos são insuficientes para o outro lado da relação. Sobre este aspecto, Lawson exemplifica didaticamente como a conexão entre indivíduo e estruturas é relacional: "*atividades humanas (intencionais) como fala, escrita, dirigir em vias públicas, descontar cheques, jogar e lecionar seriam impossíveis sem regras de linguagem, códigos de trânsito, sistemas bancários, regras do jogo, e relações professor-aluno*" (LAWSON, 1997, p. 58).

Portanto é pressuposto dessas e das demais práticas humanas uma determinada estrutura que a possibilite e, neste sentido, *as práticas dependem de ideias prévias que as orientem* (é por isso que, mesmo acreditando na crença de que o ser humano é naturalmente propenso à troca, ele não seria capaz de realizar compensações bancárias sem conhecer um tipo de sistema bancário). Por outro lado, diferentemente das estruturas naturais, *a existência das estruturas sociais depende de práticas que as reproduzam* (é por isso que sistemas bancários também só são imagináveis em sociedades que utilizem seus serviços). Nesse sentido, pode-se dizer que *a existência das estruturas sociais, ao contrário das naturais, depende de ideias prévias que permitam sua reprodução*. Em síntese, estruturas do mundo social são apenas relativamente duradouras e teórico-dependentes⁹.

No entanto é importante sublinhar que não se pode deduzir dessa consequência do caráter relacional entre sociedade e pessoa, que a transformação social é intencional como um tipo de agregado da atividade intencional das pessoas. É preciso, como faz Bhaskar, manter a distinção categórica entre sociedade e indivíduo pois, se a prática individual requer algum tipo de determinação consciente de uma finalidade, o mesmo não pode ser dito sobre a transformação social. Ela não pode ser diretamente explicada

⁹ A defesa dessa conclusão pode ser verificada em Monfardini (2015, p. 8-13). Nos limitamos a anunciar a conclusão com exemplos próprios.

pela intencionalidade, ou teleologia. Embora essas estruturas sejam relativamente duradouras e teórico-dependentes, sua transformação *intencional* é uma possibilidade, e não uma regra. Assim, nas palavras de Bhaskar,

A concepção que estou propondo é que as pessoas, em sua atividade consciente, na maioria das vezes reproduzem inconscientemente (e ocasionalmente transformam) as estruturas que governam suas atividades substantivas de produção. Pessoas, portanto, não casam para reproduzir a família nuclear ou trabalham para manter a economia capitalista. Ainda assim, essa é a consequência não-intencional (e um resultado inexorável) de, como também é uma condição necessária para, sua atividade. Ademais, quando as formas sociais mudam, a explanação normalmente não residirá nos desejos dos agentes em mudá-la daquela forma, apesar de que dentro de um importante limite teórico e político isso possa acontecer (BHASKAR, 1998, p. 38).

As práticas, portanto, podem existir independentemente de sua conceitualização adequada, ou, que seja capaz de compreender as possibilidades históricas de transformação abertas por elas. Neste sentido, as condições de realização de práticas sociais, podem ser mistificadamente representadas pela própria consciência prática. Bhaskar afirma que este nível pode "*consistir de um complexo estrutural que é realmente generativo da vida social, mas inacessível à inspeção direta pelos sentidos ou intuição imediata no curso da vida social*" (BHASKAR, 1998, p. 56). Uma ilustração do argumento feito por Bhaskar pode ser encontrada em Marx¹⁰, que descreve como a realização da atividade da troca capitalista não exige a compreensão do tipo de valor (estrutura) que os indivíduos reproduzem:

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Na testa do valor não está escrito o que ele é. (MARX, 2013, p. 149).

E como os indivíduos podem agir mediante uma forma de concepção equivocada da realidade social (ou incompleta, menos explicativa, dessa realidade), a atividade crítica na ciência social, caso queira reorientar conscientemente as práticas (que são

¹⁰ Lukács (2013) se refere a esta mesma passagem para sublinhar que até mesmo o desenrolar do processo que faz surgir a ciência é em certo sentido (dadas as condições analítico-abstrativas cumpridas pelo autor para compreender o surgimento do ser social) 'inconsciente'. Segundo Lukács, "[...] a investigação dos objetos e processos na natureza que precede o pôr da causalidade na criação dos meios é constituída essencialmente por atos cognitivos reais, ainda que durante muito tempo não tenha sido reconhecida conscientemente, e desse modo contém o início, a gênese da ciência. Também nesse caso vale a afirmação de Marx: 'Não o sabem, mas o fazem'" (LUKÁCS, 2013, p. 46).

teórico-dependentes) precisa mostrar que tais concepções podem ser falsas. Mas, crucialmente, a crítica na ciência social necessita demonstrar a necessidade social dessas falsas crenças, concepções, teorias, metodologias. Essa é uma condição não só do debate consciente científico, mas, como diz Bhaskar,

"[...] *essa é uma condição de qualquer prática racional*. Em termos informais, a possibilidade de vir a dizer para o outro ou para si mesmo 'enfim, essa é a razão pela qual você (I) [ideologicamente] acredita nisso ou naquilo' é, de todo modo, um pressuposto de qualquer discurso racional ou de auto-reflexão autêntico" (BHASKAR, 1998, p. 69, *itálicos no original*).

Assim, podemos concluir, com a síntese de Medeiros (2013), que o tipo de procedimento crítico que permite uma apreciação legítima das concepções que subsidiam nossas práticas (e permita passar, dado o caráter teórico-dependente, da crítica para a transformação social) refere-se, na verdade, a um tríplice procedimento crítico:

- (1) a demonstração da falsidade das crenças ou teorias criticada
- (2) a simultânea apresentação de uma explicação alternativa e mais abrangente da causalidade de fenômenos anteriormente significados através das crenças ou teorias em questão;
- (3) a indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias e, ainda, das condições sociais que facultam a própria crítica" (MEDEIROS, 2013, p 35-6).

Desse modo, os objetos do mundo social possuem propriedades que permitem transitar da crítica dos objetos para sua transformação, o que não é o caso dos objetos da ciência natural. Parar a crítica na demonstração de que as crenças em questão são equivocadas ou explicam menos que a concepção defendida (cumpre (1) e (2), mas não (3)) não é crítica completa dos pressupostos. Significa, parafraseando Marx – mas desta vez através de Bhaskar – "*se deter 'naquele tipo de crítica que sabe como julgar e condenar o presente, mas não sabe como compreendê-lo*" (BHASKAR, ano, p. 70).

5 – Considerações finais

Se a investigação teórica proposta pelo Realismo Crítico para as ciências sociais é aquela que a compreende, podemos agora verificar que Lawson, a despeito de defender um ponto de vista fundamentalmente de acordo com o que expusemos¹¹, não

¹¹ Veja-se, por exemplo, que na subseção sobre 'a centralidade da prática humana', Lawson afirma que objetivo amplo da ciência é "descrever a condições estruturais para que algum fenômeno social manifesto

possui uma formulação para indicar os motivos *reais* que levam à reprodução dos métodos equivocados em economia. Como se tentou mostrar na segunda seção deste artigo, Lawson deixa recair excessivamente sobre aspectos individuais uma explicação que deveria dar conta da razão social de uma estrutura metodológica dedutivista.

A análise do desenvolvimento do argumento de Lawson sobre aplicar a concepção filosófica do realismo crítico na metodologia econômica possibilitou verificar que Lawson (1997) (1) identifica uma estrutura científico-explanatória dedutivista que é sustentada e ao mesmo tempo possibilita diversas práticas teórico-inconsistentes e demonstra sua falsidade e limites explanatórios, (2) simultaneamente apresenta uma explicação alternativa e mais abrangente dos fenômenos através do realismo crítico (para a capacidade de escolha real dos agentes e para a realidade complexa, por exemplo). Mas em lugar de explicar a necessidade social desse tipo de postura na economia, Lawson trata o problema se a resolução fosse essencialmente técnica. Bastaria, assim, fazer suficientemente clara a ontologia superior que ele defende.

Contudo, como a crítica defendida por Bhaskar (e por uma concepção crítico-realista da sociedade) tem como momento decisivo a explanação dos objetos sociais que tornam necessárias as falsas consciências, é possível sustentar a hipótese de que Lawson não realiza uma crítica ontológica da estrutura descritivo-explanatória da Economia. Por fim, como indicativo das consequências que podem ser deduzidas a partir da confirmação dessa hipótese, sublinhamos que o projeto de reorientação fundamental da ontologia da disciplina econômica está sujeito a um embargo crítico pelo caráter não-ontológico de sua crítica. Como se tentou defender, a transformação racional (consciente) de estruturas sociais pressupõe a crítica da razão de ser das estruturas em questão, uma crítica ontológica. Se confirmado o caráter não ontológico da crítica de Lawson (1997), tem-se que seu projeto pode não resultar na transformação de um determinado conjunto de práticas por um caminho racional, mas ser informado por uma compreensão incompleta das estruturas e, por isso mesmo, mistificadora delas.

6 – Referências Bibliográficas

(incluindo algum conjunto de práticas ou atividades relevantes) seja possível, reconhecendo que a situação em questão pode não ser adequadamente compreendida pelos indivíduos envolvidos" (1997, p. 193). É claro, portanto, que Lawson não diverge quanto ao reconhecimento da necessidade desse tipo de crítica.

- BACKHOUSE, Roger E. Should We Ignore Methodology? In: *Royal Economic Society Newsletter* 78: 4–5, (1992).
- BHASKAR, Roy. Societies. In: *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. London; New York, (1998 [1979]).
- COLANDER, David; FÖLLMER, Hans; HAAS, Armin; GOLDBERG, Michael; JUSELIUS, Katarina; KIRMAN, Alan; et al. *The financial crisis and the systemic failure of academic economics*. Univ. of Copenhagen Dept. of Economics Discussion Paper 09-03, (2009). Disponível em: <http://www2.econ.iastate.edu/tesfatsi/DahlemReport2009.ColanderEtAl.pdf>
Acessado em: 25/06/2017
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; e PAINCEIRA, Juan Pablo. “A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica”, *Estudos econômicos*. São Paulo: FIPE, v.31, n.4, out./dez, (2001).
- EDWARDS, Paul K.; O'MAHONEY, Joe; VINCENT, Steve (Ed.). *Studying organizations using critical realism: a practical guide*. OUP Oxford, (2014).
- FEYERABEND, Paul. *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge* New Left Books, (1975).
- HAHN, Frank. Answer to Backhouse: Yes. In: *Royal Economic Society Newsletter* 78: 5, (1992).
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. The University of Chicago Press, (1970 [1962]).
- LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge University Press, (1978).
- LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London, New York: Routledge, (1997).
- _____, Tony. *Reorienting Economics*. London, New York: Routledge, (2003).
- LUKÁCS, György. O Trabalho. In: *Para uma ontologia do ser social, vol. II*. São Paulo: Boitempo Editorial, (2013).
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I*. São Paulo, Boitempo Editorial, (2013)
- MEDEIROS, João Leonardo. A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: UFF, 2013.

MONFARDINI, R. D., *Marx e a crítica ontológica: uma comparação entre A Ideologia Alemã e O Capital*. Tese de doutorado, 139 pp., UFF. Niterói [s.n.] (2014).